



Experiências de aprendizagem em ambientes acadêmicos de pessoas autistas: uma análise de relatos

Learning experiences in academic environments for autistic people: an analysis of reports

Lorena G. Camargo ¹

RESUMO

O autismo é um espectro onde cada indivíduo tem suas características, individualidades, não sendo um igual ao outro então é necessário saber das habilidades e limitações de cada um. Nem todo autista têm condições de chegar ao ensino superior, devido não ter um ensino adequado na infância, não ter incentivo de pessoas próximas, dentre vários outros motivos. Mas é necessário dar condições para a pessoa conseguir atingir seu desempenho máximo ajudando a desenvolver suas habilidades e entender suas limitações. Tendo isso em vista, o presente estudo irá abordar as reais dificuldades enfrentadas por autistas no ambiente universitário e mostrar a relevância do papel de docentes capacitados para lidar com a aprendizagem desses alunos. Diante da necessidade de abordar vivências relacionadas à educação inclusiva e suas reais particularidades, este artigo busca descrever experiências de aprendizagem em ambientes acadêmicos de jovens e adultos em diferentes universidades do Brasil. Sendo assim, serão utilizados veículos digitais, através do uso de plataforma virtual, para aplicação de um questionário individual, buscando identificar tópicos relacionados às dificuldades de aprendizado, sugestões de melhorias no contexto universitário, relações pessoais, adaptação e acessibilidade. Também serão utilizados estudos especializados no tema.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Educação, Universidade.

ABSTRACT

Autism is a spectrum where each individual has their own characteristics, individualities, not being one the same as the other, so it is necessary to know the abilities and limitations of each one. Not all autistic people are able to reach higher education, due to not having an adequate education in childhood, not having encouragement from people close to

¹ Graduanda do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes.



them, among many other reasons. But it is necessary to provide conditions for the person to achieve their maximum performance, helping them to develop their skills and understand their limitations. With this in mind, this study will address the real difficulties faced by autistic people in the university environment and show the importance of the role of teachers trained to deal with the learning of these students. Given the need to address experiences related to inclusive education and its real particularities, this article seeks to describe learning experiences in academic environments for young people and adults at different universities in Brazil. Therefore, digital vehicles will be used, through the use of a virtual platform, to apply an individual questionnaire, seeking to identify topics related to learning difficulties, suggestions for improvements in the university context, personal relationships, adaptation and accessibility. Specialized studies on the subject will also be used.

Keywords: Autism, Inclusion, Education, University.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o autismo é considerado uma deficiência, é um transtorno do neurodesenvolvimento. O autismo é um espectro onde cada indivíduo tem suas características, individualidades, nem um é igual ao outro então é necessário saber das habilidades e limitações de cada um, algumas das características são prejuízo na interação social e comunicação, e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. Segundo o DSM-V, o autismo é dividido em níveis de suporte para especificar e auxiliar na compreensão das necessidades de cada autista, que são eles: nível 1 (necessita de suporte), nível 2 (necessita de suporte substancial) e nível 3 (necessita de muito substancial).

Santos *et al* (2017), afirmam que é preciso um conhecimento mais específico que esclareça sobre o conceito, as características e dificuldades encontradas na pessoa com esse transtorno. O termo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) foi utilizado pela primeira vez em 1911, por um psiquiatra Suíço, no entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior por meio do psiquiatra Léo Kanner que já abordava características do autismo de forma relevante, em 1943.



Segundo Carvalho *et al* (2014), Léo Kanner e Hans Asperger foram os primeiros médicos a estudar as crianças que anteriormente eram rotuladas de retardadas, com problemas sociais e emocionais, em 1943. Kanner se dedicava ao Autismo clássico, que descrevia os indivíduos com problemas acentuados na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, enquanto Asperger dedicava seus estudos em uma forma mais branda do transtorno, que, além de terem as características observadas por Kanner, esses indivíduos também apresentavam altas habilidades.

A pesquisa de Abreu (2019) sobre os dados mais recentes do Censo da Educação Superior, promovido anualmente desde 1995 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), afirma que 1.532 autistas estão matriculados no ensino superior brasileiro, porém não há uma forma exclusiva para que as instituições tenham esses dados, então cada universidade utiliza seus próprios meios, sendo assim não há uma certa precisão nesses dados.

Nem todo autista tem condições de chegar ao ensino superior, por conta de não ter um ensino adequado na infância, não ter incentivo de pessoas próximas, dentre vários outros motivos. Mas é necessário dar condições para a pessoa conseguir atingir seu desempenho máximo ajudando-a desenvolver suas habilidades e entender suas limitações.

A legislação brasileira garante o acesso e as condições de atendimento adequadas às pessoas com deficiência no Ensino Superior, então temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que consta na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996).

Mãe de autista, Berenice Piana foi a única mulher que conseguiu a aprovação de uma lei por meio da legislação participativa, sendo esta sugerida pelo Senador Paulo Paim (PT/RS). Muitas vezes ignorada por conta de preconceitos e por falta de informações à sociedade sobre o autismo, Berenice não se curvou, persistente e incentivada por seu pai e seu avô, ela conseguiu que em 28 de dezembro de 2012 fosse sancionada a Lei nº 12.764, por Dilma Rousseff Presidente do Brasil à época. que surge diante a necessidade de se regulamentar os direitos das pessoas autistas.

Com a promulgação da lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, estabelecem-se direitos como a inclusão



social, a integridade física e moral, o resguardo a igualdade, o reconhecimento do autista como uma pessoa com deficiência e a dignidade da pessoa humana, garantindo então, todos os direitos legais previstos para as pessoas com deficiência.

A referida Lei nº 12.764/2012 foi importante para a regulamentação da matéria, sendo ela responsável, inclusive, pela definição legal do TEA no parágrafo 1º do artigo 1º:

Art. 1º [...]

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

No artigo primeiro da lei n 13.146, de 6 de julho de 2015, fala que a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) deve assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Porém não basta somente ter a lei, é necessário que os professores sejam capacitados para possibilitar essa inclusão (BRAZ; CAPUTO; LEAL, 2019).

O ingresso de autistas no ensino superior está cada vez maior, enquanto as medidas necessárias para garantir sua permanência com equidade são poucas e estão sendo construídas ainda.



O Ensino Superior deve buscar a adequação dos universitários autistas, não somente integrar ou adaptar os autistas às faculdades, mas incluí-los, ou seja, não basta somente manter esses alunos em sala de aula, mas é necessário que eles se apropriem de tudo o que aquela sala oferece em termos de conhecimento. Então, entender como se dá a aprendizagem do autista é um ponto extremamente importante.

O ambiente universitário é um espaço que deve ser inclusivo, respeitando a diversidade, sem discriminação, e é preciso garantir a permanência dos alunos autistas na universidade. A educação inclusiva não se dá por meio de uma homogeneização, e presume a flexibilização na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais.

Os autistas chegam ao ensino superior e se deparam com vários desafios, por isso é importante ter núcleos de acessibilidade para dar apoio e suporte aos estudantes, garantir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem promovendo a acessibilidade curricular durante a trajetória acadêmica.

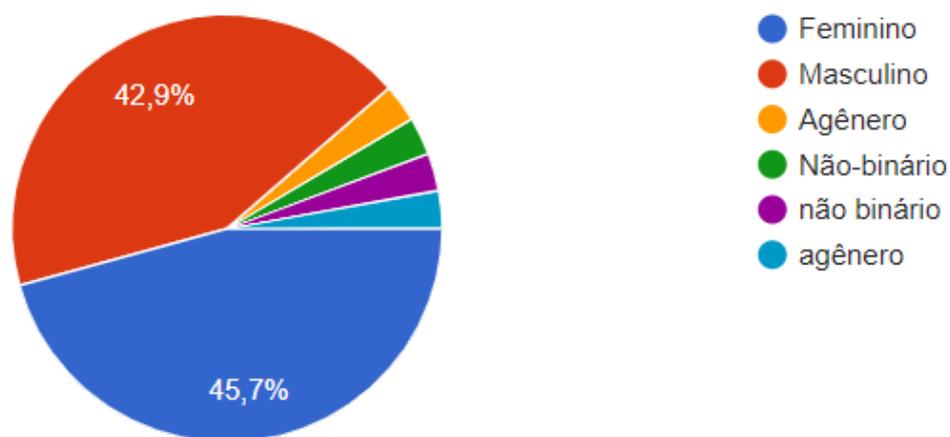
Será realizado um levantamento de experiências vividas por autistas, mediante estudo de relatos. Busca-se analisar pontos de dificuldades e possíveis melhorias a serem implantadas no ambiente acadêmico, visando uma educação inclusiva. O presente estudo está sendo realizado visando auxiliar em melhorias relacionadas ao contexto do autista em universidades. Busca-se analisar a abordagem do autista no ambiente acadêmico, em específico, identificar a inclusão, dificuldades, acessibilidade, relações interpessoais, adaptação e sugestões de melhorias no contexto universitário.

O estudo será desenvolvido a partir do preenchimento de questionário individual, em plataforma digital, por estudantes matriculados em universidades brasileiras. O questionário foi disponibilizado em redes sociais como Instagram, Facebook e Whatsapp, chegando a um total de 37 pessoas. Para tal estudo foram desenvolvidas 16 questões, sendo 10 delas teste e 6 dissertativas, que englobavam questionamentos sobre gênero, idade, curso de graduação, nível de relação com docentes, dificuldades quanto ao acompanhamento e aprendizagem, relações interpessoais, acessibilidade e sugestões de melhorias.



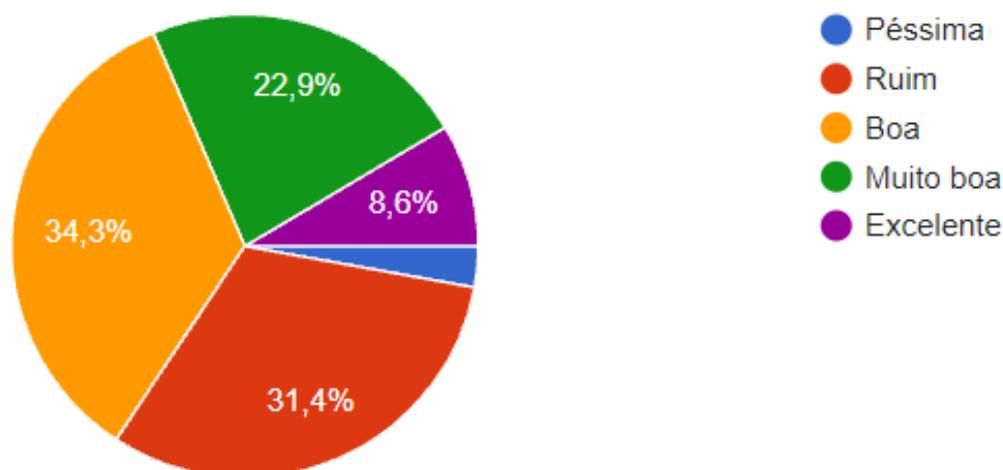
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 37 pessoas. Sendo 35 autistas e 2 não. Como um dos critérios para participar da pesquisa era ser autista a análise de dados será realizada excluindo as respostas das 2 pessoas que não se encaixaram no pré-requisito. Observou-se que os participantes tinham idade entre 18 e 52 anos, sendo que 15 se dominavam do gênero feminino, 16 do gênero masculino, 2 não binário e 2 agênero, como consta no gráfico abaixo:

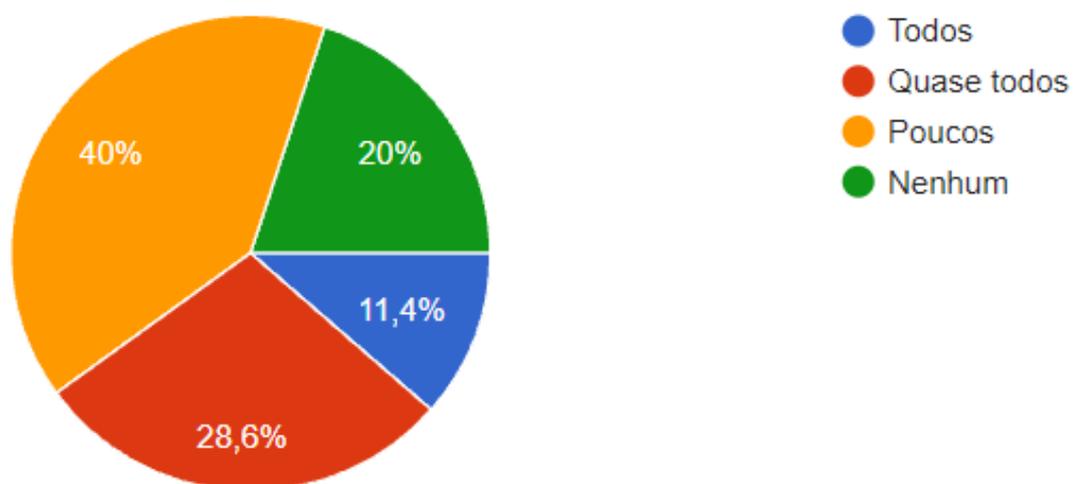


Participaram estudantes do estado de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Distrito Federal, Bahia, Roraima, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, entre eles eram de cursos e áreas de conhecimento diferentes.

Na pergunta sobre como os participantes consideravam a sua relação com os seus professores 3 responderam que considerava excelente, 8 responderam muito boa, 12 responderam boa, 11 responderam ruim e 1 respondeu péssima, conforme mostra o gráfico abaixo:

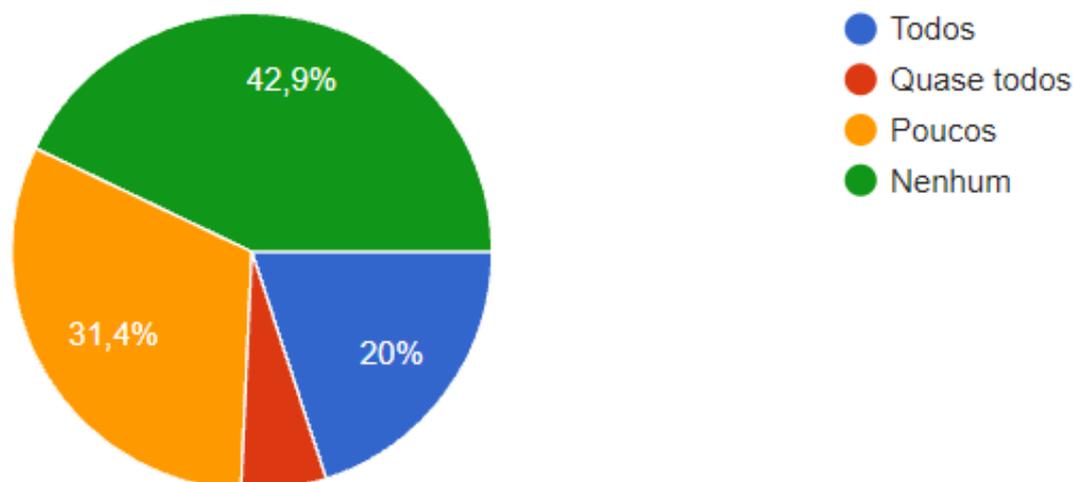


Na pergunta se os professores eram flexíveis com entregas de trabalho 4 responderam que todos eram flexíveis, 10 responderam quase todos, 14 responderam poucos e 7 responderam que nenhum, conforme ilustração abaixo:

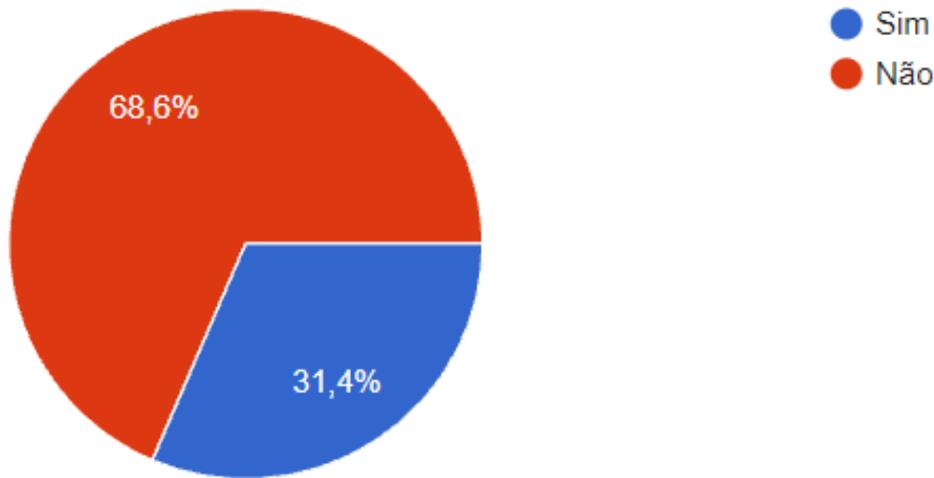




Na pergunta onde os professores oferecem suporte individual, 7 participantes responderam que todos oferecem, 2 responderam quase todos, 11 responderam poucos e 15 responderam que nenhum professor oferece, como mostra o gráfico abaixo:

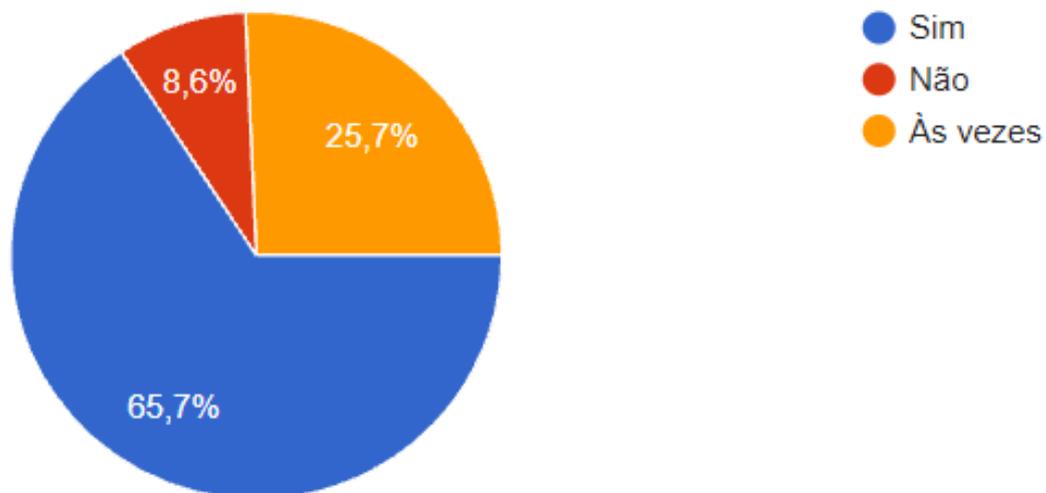


E se a universidade promove algum tipo de suporte no seu processo de ensino-aprendizagem, 11 estudantes responderam que sim e 24 responderam que não, conforme gráfico abaixo:

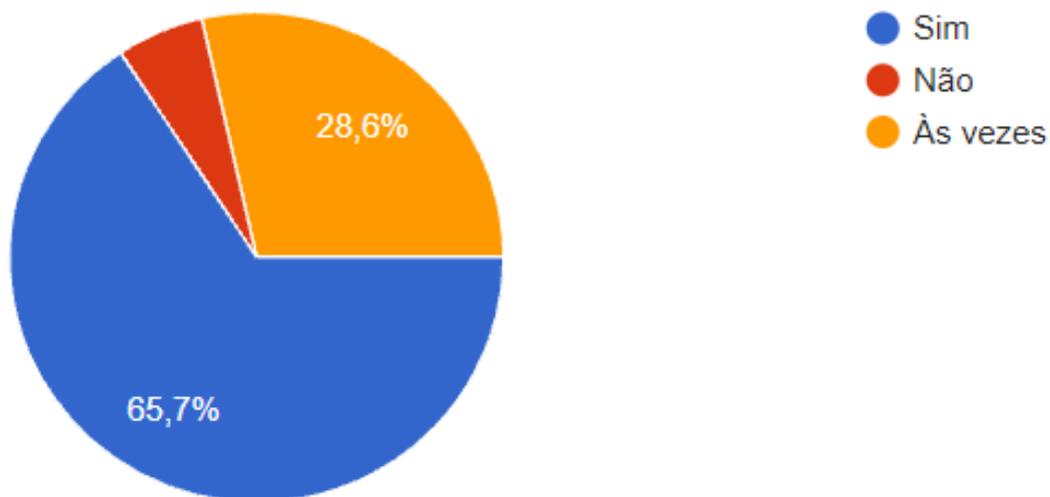


Os suportes oferecidos pela universidade e melhorias para auxiliar no ensino-aprendizagem descritos pelos estudantes são ajuda/acompanhamento individual, orientação em projetos, núcleo de acessibilidade, prazos flexíveis para entrega de trabalhos e provas e fazer prova em sala separada, adaptar provas e trabalhos, atendimento psicológico, professor auxiliar, material gravado e conscientização dos professores.

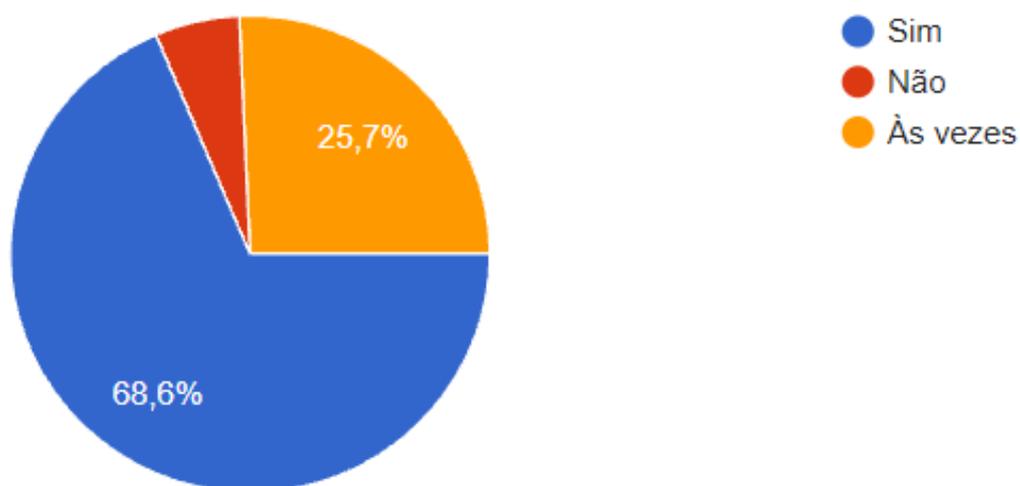
Nas perguntas sobre relações interpessoais 23 estudantes responderam que tem dificuldade em iniciar uma conversa, 9 responderam que as vezes tem dificuldade e 3 responderam que não têm dificuldade em iniciar uma conversa, conforme o gráfico mostra:



E 23 responderam que têm dificuldade em manter uma conversa, 10 responderam as vezes e 2 responderam que não, conforme o gráfico:

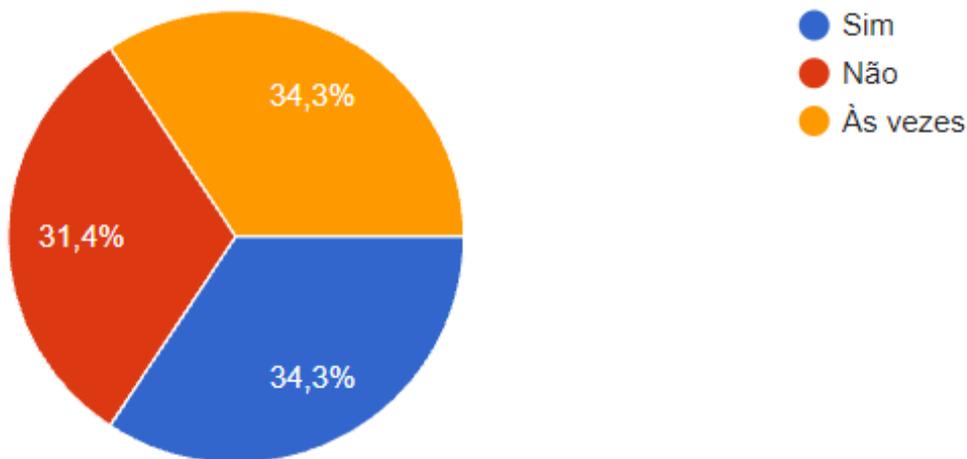


Na pergunta sobre dificuldade em pedir ajuda, 24 responderam que sim, 9 responderam as vezes e 2 responderam que não, conforme mostra o gráfico abaixo:





Na pergunta sobre dificuldade em falar em público 12 responderam que sim, 12 responderam as vezes e 11 responderam que não têm dificuldade em falar em público, conforme ilustração abaixo:



As sugestões para um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo abordadas pelos estudantes autistas são que a instituição e os professores tenham o preparo necessário para incluir os estudantes autistas, respeitar e não ser indiferentes às características e necessidades que divergem dos alunos neurotípicos.

Ter também ajuda/acompanhamento individualizado, núcleo de acessibilidade, respeitar o ritmo de aprendizagem dos alunos, independente da condição do estudante, possibilidade de uso de *stim toys* e abafadores de som, instruções escritas para trabalhos, possibilidade de se mover pela sala durante as aulas, permitir *stims*, trabalhos pensados para a habilidade do aluno, adaptação e flexibilização no prazos de entrega de trabalho e provas, não ter a obrigatoriedade de trabalhos em grupo, grupos mais inclusivos,



ambientes acolhedores, para lidar com as particularidades de cada um dos alunos a fim de potencializar cada um da melhor maneira possível compreensão.

Necessário também de professor auxiliar para dar suporte ao aluno e professores capacitados, criar estratégias de estudo para os alunos e conscientizar os professores a adotarem táticas de ensino que ajudem os alunos autistas.

Após analisar todos os dados, conclui-se que é necessário melhorar a inclusão e o ensino aprendizagem de alunos autistas no Ensino Superior, oferecendo mais flexibilidade, reuniões, palestras, treinamento com os professores, núcleos de acessibilidade e outros recursos necessários para o aprendizado dos alunos, além de conscientizar mais as pessoas quanto ao autismo e suas particularidades para que essa população não sofra preconceito e *bullying*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tiago. Quantos autistas há nas universidades brasileiras? **Canal Autismo**, 1 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.canalautismo.com.br/noticia/quantos-autistas-ha-nas-universidades-brasileiras/>> Acesso em 15 set. 2020.

AGUILAR, C. P. C; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 33, p.1-26, 2020. Disponível em < Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior (redalyc.org)> Acesso em 6 out. 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em <<https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>> Acesso em 10 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>> Acesso em 14 out. 2021.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 14 out. 2021.



BRAZ, H.; CAPUTTO, K. S.; LEAL, S. Aceitar, entender e incluir. **Revista Segredos da Mente**, Bauru, Editora: Alto astral, 2019.

CARVALHO, M. P.; SOUZA, L. S.; CARVALHO, J. A. Síndrome de Asperger: Considerações sobre o espectro do autismo. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.7, n.2, Pub.5, abril 2014. Disponível em <<https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/72/5.pdf>> Acesso em 15 set. 2020.

LOPES, Rosalia Maria De Rezende. REZENDE, Paulo Izidio Da Silva. **O Direito Da Pessoa Com Transtorno Do Espectro Autismo (TEA)**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 13, pp. 65-82. Maio de 2021. Disponível em <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/espectro-autismo>> Acesso em 17 nov. 2021.

MELO, F. R. L. V; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, Número Especial, p. 57-66, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pee/a/TtbzYNgRQZqGJ7whtCJLR9f/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 18 out. 2021.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Lei n. 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> Acesso em 17 nov. 2021.

ROCHA, B. R.; SOUZA, V. L. M. R; SANTOS, A. P. R; TEODORO, D. C; FABIANO, M.A. Universitários autistas: considerações sobre a inclusão de pessoas com T.E.A nas IES e sobre a figura do docente nesse processo. **Revista Educação em Foco**. n.9, 2018. Disponível em <[014_UNIVERSITÁRIOS_AUTISTAS_CONSIDERAÇÕES_SOBRE.pdf](https://www.unisepe.com.br/014_UNIVERSITÁRIOS_AUTISTAS_CONSIDERAÇÕES_SOBRE.pdf)> (unisepe.com.br)> Acesso em 4 out. 2021.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. C. S. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas**. v. 3 n. 1, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/issue/view/185>> Acesso em 15 set. 2020.

**ENCONTRO DE
PESQUISA EM HISTÓRIA:
SABERES E RESISTÊNCIA**

**DE 06 A 09
DE DEZEMBRO**

